

Considerações sobre a renomeação geográfica de municípios do Espírito Santo



Considerations on the geographical renaming of municipalities of Espírito Santo

Dalapicola, Tiago; Miranda, Ingrid Tonon

Tiago Dalapicola ^[1]

tiago.dalapicola@ifes.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Brasil

Ingrid Tonon Miranda ^[2]

ingridtononm@hotmail.com

Universidade Nova de Lisboa, Brasil

Revista Presença Geográfica

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil

ISSN-e: 2446-6646

Periodicidade: Frecuencia continua

vol. 07, núm. 03, 2020

rpgeo@unir.br

Recepção: 03 Maio 2020

Aprovação: 18 Janeiro 2021

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2742036003/>

DOI: <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v7i3.5156>

Resumo: O artigo teve como foco a identificação dos casos em que municípios do estado do Espírito Santo passaram pelo processo conhecido como renomeação geográfica, ou, como o IBGE denomina, alteração toponímica. O texto debate como a questão das renomeações pode ser cara para as comunidades envolvidas, uma vez que os topônimos são dotados de significados para elas. Além disso, o artigo traz detalhes sobre as renomeações realizadas no estado, como a transição das taxonomias de topônimos (segundo modelo proposto por Dick, 1992), as línguas empregadas, as datas das alterações e suas motivações, a distribuição espacial e o contexto temporal em relação às emancipações ocorridas. Por fim, discute algumas das preferências adotadas no ato de promover tais renomeações.

Palavras-chave: Alterações toponímicas, Colonização, Antropotopônimos, Renomeação.

Abstract: The article focused on identifying cases in which municipalities in the state of Espírito Santo went through the process known as geographic renaming, or, as IBGE calls it, toponymic change. The text debates how the issue of renames can be significant for the communities involved, since the toponyms are endowed with meanings for them. In addition, the article provides details on the renominations carried out in the state, such as the transition of taxonomies of toponyms (according to the model proposed by Dick, 1992), the languages used, the dates of the changes and their motivations, the spatial distribution and the temporal context in relation to the emancipations that occurred. Finally, it discusses some of the preferences adopted in the act of promoting such renames.

Keywords: Toponymic changes, Colonization, Anthrotoponyms, Renaming.

AUTOR NOTES

[1] Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, com mestrado em Sociologia do Território pela Università Degli Studi di Trento, Itália, e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

[2] Graduada em Tecnologia em Saneamento Ambiental pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutoranda em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável na Universidade Nova de Lisboa.

INTRODUÇÃO

Os topônimos constituem-se como uma ligação entre o lugar e identidade, ou seja, eles são um dos vetores na definição da identidade de um lugar (GUYOT; SEETHAL, 2007). Conseqüentemente, a forma através da qual as pessoas se identificam com uma determinada área geográfica ou local passa pela sua nomeação, e do quanto essas pessoas se veem representadas em tal processo ou no seu resultado.

O nome do local, portanto, desempenha um papel importante na criação de um pertencimento territorial. Da mesma forma, a renomeação do lugar também é causadora de efeitos, tanto de ordem objetiva como subjetiva, afinal de contas os nomes carregam uma herança simbólica dotada não apenas de bases geográficas, mas também históricas, culturais, sociais e linguísticas (MEIRING, 1994).

Isso ocorre pois tal qual a adoção de uma toponímia, a mudança de um topônimo também traz em si questões mais complexas, subjacentes a ela. Os topônimos podem ser renomeados (mudam) porque a sociedade muda. Ou, na via oposta, os nomes de lugares podem ser mudados para propor ou trazer mudanças à sociedade.

O Brasil e o mundo presenciaram, nas últimas décadas e anos, uma série de mudanças no que diz respeito à renomeação das entidades geográficas – países, estados, territórios. Tais mudanças podem ocorrer devido a fatores variados: ascensão de regimes totalitários e seus projetos de nacionalismo (PALERMO, 2006); descolonização e independência de ex-colônias, agora países, em busca de ruptura com um passado de natureza colonial (BOPDA, 2001); questões geopolíticas e históricas (NIMETZ, 2020).

Em escala mais próxima a nossa realidade, o Espírito Santo não se diferencia desse contexto. Aqui também localidades tiveram seus nomes mudados. Em alguns casos, se trataram de municípios já existentes, em outros a mudança ocorreu quando da elevação da condição de distrito a município.

O presente trabalho pretende tecer apontamentos sobre as renomeações feitas nos municípios do estado ou ainda em distritos que foram emancipados e deram vida a novos municípios (e que tenha havido a troca de nomes), tendo como objetivos específicos:

1 – Fazer um levantamento quantitativo dos casos de renomeação toponímica e apresentar a distribuição espacial dos casos de renomeação;

2 – Evidenciar a mudança toponímica segundo a natureza física (geográfica) ou antropocultural do topônimo, bem como suas taxonomias tendo como referência a classificação proposta por Dick (1992) e situar em quais contextos sócio-históricos aconteceram as mudanças;

3 – Identificar se no processo de renomeação houve mudança de língua do vocábulo e se a renomeação geográfica se deu em distrito emancipado ou município já constituído.

Na consecução dos objetivos apresentados se espera colocar luz sobre quais forças regem esse movimento de renomeação geográfica, bem como verificar outros condicionantes a ele ligados.

Para este estudo, a categoria que foi selecionada para a coleta dos topônimos e análise de suas possíveis mudanças foi a de ‘município’. Nesse caso, tem-se o estudo daquilo que Couto (2007) denomina ‘macrotoponímia’. Esta engloba acidentes geográficos e entes político-administrativos de maior porte, destacando-se diametralmente da microtoponímia, que estuda a nomeação dos lugares/acidentes de menor porte.

O trabalho se respaldou na consulta a fontes bibliográficas variadas e bases de dados, com foco no levantamento das toponímias municipais e suas mudanças. Para isso, foram utilizadas duas plataformas de pesquisa (Periódicos Capes e Google Scholar), nas quais foram inseridas as chaves de busca ‘topônimos’, ‘renomeação geográfica’ e ‘Espírito Santo’, mantendo-se ora o nome do estado, ora o designativo de origem ‘capixaba’. Em ambas as plataformas não foram encontrados resultados cruzados à investigação feita.

Os topônimos e suas mudanças foram catalogados, classificados e analisados, segundo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992), que apresenta 27 (vinte e sete) categorias, distribuídas em taxionomias de natureza física (11 taxes) e taxionomias de natureza antropocultural (16 taxes). Após essa

etapa, para os topônimos que apresentaram mudanças, procedeu-se à execução das ações descritas nos objetivos específicos do artigo.

Os topônimos tupis tiveram sua classificação feita a partir das traduções apresentadas por Carvalho (1999), em alguns casos confirmadas por Firmino e Rodrigues (2014). Para melhor apropriação por parte do leitor/ usuário, os resultados são apresentados com sistematização em forma de tabelas, quadros e mapa.

Nas etapas posteriores constituintes da estruturação desse trabalho, a seção dois apresenta o estado da arte, tanto para nível internacional quanto nacional, das discussões sobre a renomeação geográfica, apontando justificativas na base de tais processos. A seção apresenta ainda a proposta de classificação toponímica apresentada por Dick (1992), para situar e facilitar a discussão acerca não apenas da mera troca de nomes dos lugares, mas também a mudança dos enquadramentos nas categorias de taxonomias toponímicas.

A seção três apresenta os resultados e discussões acerca das renomeações geográficas ocorridas, aportando como questões principais a motivação das mesmas bem como as mudanças de categorias taxonômicas, a língua de origem dos topônimos, o emprego de antropotopônimos e a localização dos municípios que passaram pelo processo. A seção quatro apresenta as considerações finais, seguida pelas referências.

A ÁREA DE ESTUDO

O Espírito Santo é composto por 78 municípios. Contraditoriamente ao que se pretende demonstrar para seus municípios, deve ser ressaltado que o nome do estado não mudou. É derivado da fé cristã e da religião católica, especulando-se que Espírito Santo tenha sido o topônimo atribuído a então Capitania (1535-1815) pelo fato de seu primeiro donatário ter nela desembarcado num domingo de Pentecostes. Assim o ente geográfico tem sido chamado desde 1535, associado também aos designativos político-administrativos subnacionais ‘província’ (1821-1889) e ‘estado’ (1889-atual).

Entre os 78 municípios que compõem o estado, Vila Velha é a mais antiga zona de ocupação, tendo sido o local de suposto desembarque dos primeiros portugueses que aqui chegaram em 1535. É também considerada uma das cidades mais antigas do Brasil. Governador Lindenberg foi o último município a ter sido criado, desmembrado de Colatina no ano de 2001.

Com uma área de 46.078 km² é o 23º estado brasileiro em extensão, correspondendo a 0,54% do território nacional. Situado na região Sudeste do país, o Espírito Santo compartilha suas divisas com os estados do Rio de Janeiro ao sul, Minas Gerais a oeste e Bahia ao norte. O Oceano Atlântico, que banha o estado, está a leste. O ponto mais oriental do território brasileiro também é capixaba – constituído pela Ilha da Trindade (12,5 km²) e pelas Ilhas de Martim Vaz, situadas a 1.140 quilômetros da costa.

O Espírito Santo, nota-se, embora diminuto em extensão, é rico em paisagens naturais e titular de uma história que remonta aos primórdios da colonização portuguesa no país. Dessa forma, se sobrepuseram eventos históricos que por sua vez contribuíram para uma dinâmica de ciclos socioeconômicos que deram numerosidade e heterogeneidade à população capixaba, bem como foram responsáveis por diferentes usos do espaço, culminando, do ponto de vista da toponímia, para sua grande variedade.

ESTADO DA ARTE

As contribuições teóricas a seguir demonstram que a despeito dos poucos estudos encontrados em âmbito brasileiro, em que predominam análises sobre renomeações de logradouros urbanos (ruas, praças, avenidas etc.), a nível internacional a questão do chamado *geographical renaming* é algo latente e recorrente. Ressalta-se, para o caso dos municípios capixabas, a total ausência de estudos que tivessem discutido essa faceta do espaço geográfico – a mudança dos nomes dos lugares.

Para Théry e Mello (2005), um dos atos de maior importância e mais carregado de símbolos para um lugar é a atribuição de um nome. E no Espírito Santo, a despeito da preexistência de povos originários que já possuíam suas toponímias, tão logo seu território se torna objeto da ocupação colonial portuguesa, ainda nos primórdios do mais amplo processo de colonização do que viria a ser o Brasil, os portugueses iniciaram os ‘batismos’ dos lugares.

Dessa forma, a atribuição de um topônimo, ou seja, a nomeação de um lugar, se transforma numa questão de poder. Igualmente, a renomeação também implica relação de poder. Um topônimo pode ser imposto, prescindindo de um pré-existente, e após o suceder de fatos sócio-históricos, o lugar por ter seu nome novamente mudado (em alguns casos devolvidos, ou ainda aceitar dupla nomeação).

Tais mudanças ocorrem a partir da compreensão de que nenhum topônimo é completamente neutro na memória compartilhada de uma sociedade e suas várias redes, porque a própria essência dos nomes é seu conteúdo descritivo ou as coisas com as quais as pessoas e as sociedades se identificam ao usar o nome (GUYOT; SEETHAL, 2007).

Da intersecção entre os interesses dos grupos de poder (elite social, econômica e política) e a base da sociedade, surgem conflitos que podem levar a apelos pela renomeação geográfica, que é a alteração do nome de uma área geográfica. Isso pode variar da alteração de um nome de rua a uma alteração no nome de um país.

No plano internacional, as últimas décadas trouxeram muitas mudanças na forma como conhecemos países no mundo, tanto pela independência de antigas colônias que usaram a renomeação como ferramenta de apagamento do passado colonial, como também de outras razões. O quadro 1 demonstra alguns casos de renomeação geográfica, para países.

QUADRO 1
Informações síntese de renomeações geográficas para países

Condição	Antes	Depois	Motivação	Ano
Já independentes	Macedônia	Macedôniado Norte	Geopolítico	2019
	Suazilândia	Essuatini	Sociohistórico	2018
	República Tcheca	Chéquia	Sociohistórico	2016
No ato de independência	Rodésia do Sul	Zimbábwe	Independência	1980
	Ceilão	Sri Lanka	Independência	1972
	Bechuanalândia	Botsuana	Independência	1966
	Rodésia do Norte	Zâmbia	Independência	1964

Fonte: os autores (2020).

O processo de renomeação geográfica pode afetar não apenas países, mas inteiras cidades, já que os nomes de lugares podem ser usados como símbolos para mobilizar e desenvolver uma consciência política e histórica de identidade comum (GUYOT e SEETHAL, 2007). Alguns casos emblemáticos de trocas de nomes estão apresentados no quadro 2, explicitando também as motivações das mudanças.

QUADRO 2
Informações síntese de renomeações geográficas para cidades

País	Antes	Depois	Motivação	Ano
Índia	Bombay	Mumbai	Descolonização	1995
Rússia	Leningrado	São Petersburgo	Sociohistórico	1991
Vietnã	Saigon	Ho Chi Minh City	Sociohistórico	1975
Indonésia	Batavia	Jakarta	Descolonização	1972
Congo (RD)	Leopoldville	Kinshasa	Descolonização	1966
Rússia	Stalingrado	Volvogrado	Sociohistórico	1961
Itália	Neumarkt	Egna	Sociohistórico	1940

Fonte: os autores (2020).

Há muitas razões para renomear um lugar, com a motivação política sendo a causa principal. Muitos lugares na antiga União Soviética e seus satélites, por exemplo, foram renomeados para homenagear Stalin. De forma mais ampla, desde o Império Russo até a Rússia atual, passando pelo período soviético, os topônimos refletem o clima político das respectivas épocas: o período pré-czarista produzia nomes tradicionais, físicos e míticos; o período czarista, nomes de membros da Família Real, soldados e exploradores do império; o início do período soviético, nomes em homenagem aos bolcheviques contemporâneos, ideais e instituições; o final do período soviético, nomes de lideranças comunistas mortas, aniversários e nomes relacionados a movimentos socialistas internacionais mais amplos (HORSMAN, 2006).

No período pós-soviético os nomes procuram legitimar os novos regimes, localizando-os em um *continuum* histórico não russo/soviético. Assim, o nome 'São Petersburgo' foi restaurado em detrimento de 'Leningrado'. Tem se assistido junto a isso um processo chamado de 'desestalinização', que é definido como a eliminação do culto da personalidade e do sistema político stalinista, incluindo a renomeação toponímica (BURSA, 1985).

A Itália foi outro país que adotou, por medidas legais e em caráter oficial, no período após a Primeira Guerra Mundial e durante o fascismo, políticas de renomeação geográfica. Nesse caso, o processo foi mais amplo, e para além da 'italianização' dos topônimos, compreendia também a italianização de sobrenomes e demais vocábulos em regiões do país onde viviam grupos de diferentes línguas maternas. Entre essas regiões se destaca o Südtirol, habitada por cerca de meio milhão de pessoas de língua materna alemã e que fora incorporado pela Itália após a derrota do Império Austro-húngaro na 1ª Guerra Mundial.

Na região em questão, que passou a ser denominada Alto Ádige em alusão ao fato de estar situada no curso superior do rio Ádige, a italianização foi um desenho político levado a cabo principalmente durante o regime fascista, que objetivou espalhar a língua italiana. Mesmo com a derrota do regime fascista, no período pós guerra esses topônimos permaneceram oficiais (PALERMO, 2012).

Na província autônoma de Bolzano, o bilinguismo alemão-italiano e o trilinguismo regional ladino-alemão-italiano estão oficialmente em vigor em todo o território. Esses bilinguismo e trilinguismo também se refletem nos nomes oficiais dados às entidades geográficas. O caráter oficial dos topônimos, no entanto, mostra variações temporais: oficialmente a maioria dos nomes italianos se baseia na lei em virtude de três decretos que remontam ao período do fascismo na Itália: 1923, 1940 e 1942. A questão ainda é controversa, e gera repercussões até os dias atuais.

Na África do Sul pós-apartheid a questão da renomeação geográfica ainda é latente. É uma sociedade caracterizada por uma multiplicidade de diversos valores políticos e culturais, bem como composta por diversos grupos étnicos e detentora de 11 línguas oficiais. Nesse sentido, como argumentam Guyot e Seethal (2007) as mudanças nos nomes dos lugares podem ser um catalisador unificador ou divisor. Além disso, os

nomes de lugares podem ser usados como símbolos para mobilizar e desenvolver uma consciência política e histórica de identidade comum num país marcado por profundas cicatrizes.

Os autores afirmam que antes da criação, em 1939, do primeiro órgão regulador para a criação de nomes de lugares na África do Sul, os colonos brancos nomearam a maioria dos lugares com ênfase nos nomes ingleses e africanos. Às vezes, os colonizadores tentavam conservar ou adaptar nomes autóctones, mas a maioria desses nomes acabava transformada por erros de ortografia, corrompendo-os. Dessa forma, os autores apontam que os nomes de lugares no país são contestados essencialmente por outras etnias, uma vez que os nomes predominantes são símbolos espaciais do colonialismo, apropriação racial, segregação e apartheid (GUYOT; SEETHAL, 2007).

Outro motivo para um lugar passar por uma renomeação geográfica é a independência recém-adquirida, nesse caso, ainda para países. Indo além dos exemplos apresentados no quadro 1, tivemos renomeações geográficas recentes também em outros casos: Abissínia → Etiópia (1941); Sião → Tailândia (1949); Guiné Espanhola → Guiné Equatorial (1968); Honduras Britânicas → Belize (1973); Guiné Portuguesa → Guiné-Bissau (1974); Guiana Holandesa → Suriname (1975), etc (UNITED KINGDOM, 2020).

Para além do cenário internacional, que evoca episódios épicos de nossa história e pode suscitar entusiasmo quando os abordamos, é necessário falar das renomeações ocorridas durante o processo de formação territorial do Brasil ^[3]. Da passagem dos antigos territórios federais de Guaporé e Rio Branco, criados em 1943, a estados, houve renomeações: respectivamente Rondônia e Roraima (PORTO, 1999).

No primeiro caso houve a transição de um vocábulo tupi que poderia ser incluído na taxonomia dos hidrotopônimos, já que a tradução de Guaporé seria rio campestre, para um antropotopônimo, em homenagem ao Marechal Rondon, explorador da região. No segundo caso se tratava de um hidrotopônimo em língua portuguesa que foi renomeado para um Geomorfotopônimo em ianomâmi (montanha trovejante) (RONDÔNIA, 2020).

Ainda em nível nacional, municípios continuam mudando seus nomes. Segundo a última edição do documento Alterações Toponímicas Municipais, (IBGE, 2018), foram aprovadas 114 renomeações geográficas naquele ano, abarcando municípios presentes em 20 estados da federação.

Algumas dessas renomeações são meras correções ortográficas (mudança de grafia) simples, como por exemplo Parati → Paraty (RJ). Noutros casos, tem-se o acréscimo de topônimos auxiliares: Nova Prata → Nova Prata do Iguaçu (PR) ou São João → São João do Oeste. Já em outros a renomeação mudou completamente o topônimo: Desterro de Malta → Vista Serrana (PB) ou ainda Mosquito → Palmeiras do Tocantins (TO) (IBGE, 2018).

Cumprir lembrar que atualmente existem regras para a alteração de nomes e grafias de municípios no banco de dados do IBGE. Os procedimentos estabelecidos pelo instituto quanto à grafia ou nome dos municípios são: a) somente o estado, através de lei estadual, pode alterar o nome de municípios; b) somente no caso de lei estadual delegando essa competência aos municípios o IBGE aceita a legislação municipal para realizar a mudança de nome ou grafia.

Neste sentido, o IBGE mantém em seu cadastro o nome do município, conforme estabelecido na legislação estadual ou municipal. Se não houve mudança com base nas regras supramencionadas o município se encontra com nome e grafia idênticas à da lei estadual que deu origem ao município (IBGE, 2018).

Nesse trabalho se utiliza a proposta de classificação toponímica apresentada por Dick (1992), na qual os topônimos são relacionados com o ambiente físico-geográfico, os quais denomina taxionomias de natureza física, ou relacionados com os aspectos sociais, históricos e culturais que envolvem o ser humano – as quais a autora chama taxionomias de natureza antropocultural:

1 – Natureza física:

- a) Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (RS);
- b) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: Oriente (SP);
- c) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: Verdejante (PE);

- d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex.: Campo Maior (PI);
 - e) Fitotopônimos: topônimos relativos aos vegetais. Ex.: Capinzal (SC);
 - f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas. Ex.: Várzea (PB);
 - g) Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Cachoeira Alta (GO);
 - h) Litotopônimos: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex.: Aerial (PB);
 - i) Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: Chuvisca (RS);
 - j) Morfotopônimos: topônimos relativos às formas geométricas. Ex.: Morro Redondo (RS);
 - k) Zootopônimo: topônimos referentes aos animais. Ex.: Mutum (MG).
- 2 - Natureza antropocultural:
- a) Animotopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex.: Vitória (ES);
 - b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: Antônio Prado (RS);
 - c) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex.: Marechal Deodoro (AL);
 - d) Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Nova Venécia (ES);
 - e) Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos 'novo'(a), 'velho'(a). Ex.: Nova Friburgo (RJ);
 - f) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. Ex.: Casa Grande (MG);
 - g) Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: Currais (PI);
 - h) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Paulista (PE);
 - i) Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. Ex.: Passa e Fica (RN);
 - j) Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex.: Igreja (RS). Essa categoria subdivide-se em Hagiotopônimos, que são nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano - Ex.: Santa Amélia (PR); Mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex.: Exu (PE);
 - k) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Quinze de Novembro (RS);
 - l) Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Nova (SC);
 - m) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Duas Estradas (PB);
 - n) Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Aldeias Altas (MA);
 - o) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Agricolândia (PI);
 - p) Somatotopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Norte (SC).

A toponímia é profundamente enraizada na Geografia. Desde suas origens, os topônimos podem ter substanciais influências de características próprias do meio geográfico (advindas da hidrografia, da morfologia, do clima, da vegetação etc.); depois, os topônimos designam unidades político-administrativas, como países, estados e municípios ou ainda distritos e demais localidades, as quais igualmente constituem objeto de estudo da disciplina.

As alterações toponímicas ou renomeações geográficas completam esse cenário de importância que dar/ alterar nomes aos/de lugares tem. Veja-se o desfecho do caso da renomeação da Macedônia para Macedônia do Norte, processo esse que foi concluído após quase três décadas de negociações e cujo movimento é o mais recente de uma série de mudanças nos nomes de países em todo o mundo. Tecidas essas considerações, a

próxima seção do artigo analisa as toponímias municipais do Espírito Santo e suas renomeações geográficas de acordo com os objetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do levantamento feito, se observou que entre os topônimos municipais capixabas prevalece a composição morfológica composta (73% deles), aparecendo também topônimos simples (19%) e híbridos (8%). Em relação à língua, o predomínio do português (59%) é seguido pelo tupi (29%) e pelos híbridos (12%).

Na continuidade da catalogação, classificação e análise dos topônimos segundo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992) em 27 categorias, distribuídas em taxionomias de natureza física e taxionomias de natureza antropocultural, tem-se o predomínio da segunda sobre a primeira, sendo que elas correspondem respectivamente a 55% e 45% dos topônimos.

A tabela 1 resume as taxonomias de topônimos encontrados no estado, quantificando e elencando os municípios a elas pertencentes.

TABELA 1
Municípios segundo as taxonomias, conforme Dick (1992)

Taxonomia	Nº	Municípios
Hidrotopônimo	16	Água Doce do Norte, Alegre, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Fundão, Guaçuí, Irupi, Itapemirim, Iúna, Montanha, Marataízes; Rio Novo do Sul; Rio Bananal, Santa Maria de Jetibá
Antropotopônimo	14	Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Atilio Vivacqua, Colatina, Domingos Martins, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Linhares, Muniz Freire, Pedro Canário, Pinheiros, Viana, Vila Valério
Hagiotopônimo	11	Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Dolores do Rio Preto, Marilândia, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, São Mateus, São Roque do Canaã
Geomorfotopônimo	8	Castelo, Ibitirama, Iconha, Itaguaçu, Itarana, Muqui, Serra, Vargem Alta
Fitotopônimo	7	Brejetuba, Ibatiba, Ibirapu, Jaguaré, Laranja da Terra, Mimoso do Sul, Mucurici
Axiotopônimo	3	Governador Lindemberg; Marechal Floriano; Presidente Kennedy
Zootopônimo	2	Aracruz, Ecoporanga
Historiotopônimo	2	Águia Branca, Cariacica
Animotopônimo	2	Boa Esperança, Vitória
Hodotopônimo	2	Ponto Belo; Vila Pavão
Ergotopônimo	2	Guarapari, Venda Nova do Imigrante
Sociotopônimo	2	Apiacá, Sooretama
Hierotopônimo	1	Divino de São Lourenço; Bom Jesus do Norte
Cromotopônimo	1	Piúma
Litotopônimo	1	Mantenópolis
corotopônimo	1	Nova Venécia
Etnotopônimo	1	Pancas
cronotopônimo	1	Vila Velha

Fonte: os autores (2020)

Para 22 dos 78 municípios do estado, os nomes são formados, além do topônimo principal, por topônimos com caráter auxiliar ou secundário. Em 18 deles, essa característica visa obter diferenciação em relação à homônimos que os municípios podem eventualmente ter em outros estados do país, e em quatro, a localidades do próprio estado.

Contudo, o uso de topônimos auxiliares é fortemente correlacionado ao menor tempo de fundação dos municípios, ou seja, municípios mais jovens tendem a utilizar mais o recurso como meio para se diferenciarem de outros já existentes na altura de suas emancipações. Em efeito, dos 22 municípios capixabas que fazem uso de topônimos auxiliares, 17 (74%) tem data de fundação que remonta apenas a segunda metade do século XX. Os cinco restantes (26%) foram fundados anteriormente.

Do total de 78 municípios no estado, 25 passaram pelo processo de renomeação geográfica. O quadro 3 apresenta tais alterações toponímicas.

QUADRO 3
Renomeações geográficas no Espírito Santo

Nome atual	Taxonomia	Nome antigo	Taxonomia
Afonso Cláudio	Antropotopônimo	Alto Guandu	Hidrotopônimo
Anchieta	Antropotopônimo	Benevente	Hidrotopônimo
Aracruz	Zootopônimo	Santa Cruz	Hierotopônimo
Atilio Vivacqua	Antropotopônimo	Marapé	Não identificada
Conceição da Barra	Hierotopônimo	Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio São Mateus	Hierotopônimo
Domingos Martins	Antropotopônimo	Santa Isabel	Hierotopônimo
Ecoporanga	Zootopônimo	Joeirana	Fitotopônimo
Fundão	Hidrotopônimo	Nova Almeida	Cronotopônimo
Guaçuí	Hidrotopônimo	Siqueira Campos	Antropotopônimo
Ibiraçu	Fitotopônimo	Pau Gigante	Fitotopônimo
Itaguaçu	Geomorfotopônimo	Boa Família	Animotopônimo
Itarana	Geomorfotopônimo	Figueira de Santa Joana	Fitotopônimo
Iúna	Hidrotopônimo	Rio Pardo	Hidrotopônimo
Muniz Freire	Antropotopônimo	Espírito Santo do Rio Pardo	Hierotopônimo
Mantenópolis	Litotopônimo	Ametista	Litotopônimo
Marechal Floriano	Antropotopônimo	Braço Sul	Hidrotopônimo
Mimoso do Sul	Fitotopônimo	João Pessoa	Antropotopônimo
Mucurici	Fitotopônimo	Comercinho	Ergotopônimo
Muqui	Geomorfotopônimo	São João do Muqui	Hierotopônimo
Pedro Canário	Antropotopônimo	Taquaras	Fitotopônimo
Rio Novo do Sul	Hidrotopônimo	Itapoama	Hidrotopônimo
Santa Leopoldina	Hierotopônimo	Cach. de Santa Leopoldina	Hidrotopônimo
Sooretama	Sociotopônimo	Córrego D'água	Hidrotopônimo
Viana	Antropotopônimo	Jabaeté	Não identificada
Vila Velha	Cronotopônimo	Espírito Santo	Hierotopônimo

Fonte: os autores, 2020.

As taxonomias de topônimos usadas anteriormente às renomeações geográficas executadas tinham distribuição próximas em relação as suas naturezas. Doze municípios apresentavam taxonomias de natureza física (sobressaindo a taxonomia dos hidrotopônimos, com sete ocorrências) e onze municípios apresentavam

taxonomias de natureza antropocultural (com predomínio dos hierotopônimos, com seis ocorrências). Dois topônimos de origem tupi não foram identificados quanto à sua natureza e taxonomia.

Após as renomeações, o número de topônimos de natureza antropocultural teve discreto aumento, com 12 ocorrências. Nessa natureza, a taxonomia nela contida que se sobressai são os antropotopônimos (oito ocorrências). Antes eles correspondiam a apenas duas ocorrências. Tem-se aí um cenário no qual um marco das renomeações foi a busca por homenagear pessoas, personalidades, que em dado momento foram consideradas importantes.

Os topônimos de natureza física também tiveram ligeiro incremento, passando de 12 para 13 municípios representados. Dentro dessa natureza, após as renomeações, tem-se a permanência da predominância dos hidrotopônimos (quatro ocorrências). Cabe lembrar que a rede hidrográfica brasileira é a maior do mundo; o país detém alguns dos maiores rios da Terra (ANA, 2017). O Espírito Santo, por sua vez, não foge a esse padrão, e durante seu processo de formação territorial, especialmente no final do século XIX e início do século XX, muitos núcleos de povoamento surgiram às margens dos rios, que eram as artérias que possibilitavam a circulação, as estradas de então (MORAES, 1974).

Em sua obra sobre as origens das cidades do Espírito Santo, Moraes (1954) classifica alguns municípios na categoria de ‘cidades cruzamento de vias de transporte’, contexto nesse onde os rios tiveram importante papel. Dessa condição deriva o fato que tanto antes como após as renomeações geográficas, os hidrotopônimos tinham a maior representação dentro das taxonomias de natureza física.

Além de via de transporte, estar próximo a esses mananciais garantia outras vantagens (alimentação, consumo doméstico etc.). Assim, os núcleos recém criados terminaram por tomar as hidronímias como topônimos. No sentido dessa quantidade e conseqüente variedade hidrográfica, Dick (1992) é assertiva ao afirmar que a nomenclatura hidrotoponímica brasileira justificaria uma pesquisa isolada, visando ressaltar, em profundidade, os principais fatores que a estruturam, seja do ponto de vista da filiação linguística ou da motivação originária.

Ambas as naturezas (física e antropocultural) tiveram discretos incrementos após realizadas as renomeações. Explica-se: no processo, dois topônimos tupis não identificados foram alterados para nomes possíveis de identificação e classificação.

A propósito da língua dos topônimos, antes das renomeações apenas quatro (independentemente se à altura eram distritos ou já estavam emancipados) eram grafados em tupi (Joeirana, Itapoama, Marapé e Jabaeté). Prevaleciam topônimos em língua portuguesa (20) e o último restante era um híbrido (Alto Guandu).

O quadro 4 apresenta outros aspectos das renomeações verificadas no Espírito Santo.

QUADRO 4
Aspectos das renomeações geográficas

Município	Motivação	Língua	Ano da renomeação
Afonso Cláudio	Emancipação	Português	1890
Anchieta	Homenagem a personagem.	Espanhol	1921
Aracruz	Troca da sede; evitar homonímia	Tupi	1943
Atilio Vivacqua	Emancipação com homenagem	Híbrido	1963
Conceição da Barra	Redução do nome.	Português	1891
Domingos Martins	Homenagem a personagem	Português	1938
Ecoporanga	Emancipação	Tupi	1956
Fundão	Troca da sede e emancipação	Português	1923
Guaçuí	Evitar homonímia	Tupi	1943
Ibiraçu	Evitar interpretações embaraçantes	Tupi	1943
Itaguaçu	Redução de nome	Tupi	1921
Itarana	Redução do nome.	Tupi	1943
Iúna	Evitar homonímia	Tupi	1943
Muniz Freire	Homenagem a personalidade.	Português	1896
Mantenópolis	Troca da sede	Híbrido	1953
Marechal Floriano	Homenagem a personalidade.	Português	1900
Mimoso do Sul	Evitar homonímia	Português	1943
Mucurici	Emancipação	Tupi	1953
Muqui	Redução do nome	Tupi	1943
Pedro Canário	Emancipação com homenagem	Português	1983
Rio Novo do Sul	Restauração com topônimo auxiliar	Português	1953
Santa Leopoldina	Redução do nome	Português	1943
Sooretama	Emancipação	Tupi	1994
Viana	Emancipação com homenagem	Português	1953
Vila Velha	Oficialização de uso já em curso	Português	1959

Fonte: os autores, 2020.

Dentre as motivações para trocas, podem ser destacados alguns grupos. Destes, oito municípios enquadram-se num grupo em que as mudanças foram realizadas para prestar homenagens a personalidades, em momentos de emancipação ou após estas.

O quadro 5 apresenta esses aspectos de forma detalhada

QUADRO 5
 Detalhes dos antropotopônimos em uso após renomeações geográficas

Municípios	Personalidades homenageadas	Encargo e feitos
Afonso Cláudio	Afonso Cláudio de Freitas Rosa	Primeiro governador do Espírito Santo
Anchieta	Padre José de Anchieta	Jesuíta espanhol, figura importante para a história do Espírito Santo e do Brasil, atualmente canonizado
Atilio Vivacqua	Atilio Vivacqua	Político, Senador pelo Espírito Santo
Domingos Martins	Domingos José Martins	Capixaba, líder da Revolução Pernambucana
Muniz Freire	José de Carvalho Mello Moniz Freire	Governador do Espírito Santo nos períodos de 1892/1896 e 1900/1904.
Marechal Floriano	Marechal Floriano Peixoto	Segundo Presidente da República
Pedro Canário	Pedro Canário Ribeiro	Pioneiro, explorador e investidor da região.
Viana	Paulo Fernandes Viana	Pioneiro da região

Fonte: os autores, 2020.

Cinco municípios tiveram renomeações motivadas pela redução do nome. Para outros quatro municípios, a troca foi motivada pela necessidade de evitar homônimas em relação a municípios que já haviam adotado aqueles nomes (Santa Cruz, Siqueira Campos, Rio Pardo e João Pessoa foram renomeados, respectivamente, Aracruz, Guaçuí, Iúna e Mimoso do Sul. Três municípios foram renomeados em curso de emancipações, sem, entretanto, homenagens a pessoas, e preferindo-se o uso de vocábulos em tupi (casos de Ecoporanga, Mucurici e Sooretama).

Há ainda os grupos de causas minoritárias, como a restauração de topônimos que foram usados no passado (Rio Novo do Sul, com o acréscimo de um cardinotopônimo auxiliar), a oficialização de usos que já eram correntes entre a população (Vila Velha, substituindo Vila do Espírito Santo) ou ainda traduções para evitar termos embaraçosos (Ibiraçu é a tradução literal de ‘Pau Gigante’) ou ainda as trocas de sedes municipais (Fundão e Mantenópolis).

Em relação às línguas, nota-se um aumento do uso de vocábulos tupi, que passaram de quatro para 10. Paralelamente, ocorreu a diminuição dos vocábulos em língua portuguesa, passaram a 12. Três municípios não se enquadram em nenhuma delas (Anchieta – espanhol; Mantenópolis e Atilio Vivacqua – híbridos). Em relação à situação temporal, nota-se o ano de 1943 como um divisor de águas para as renomeações geográficas no Espírito Santo, com a realização um terço de todas as alterações.

A figura 1 apresenta a distribuição espacial dos casos de renomeação geográfica no Espírito Santo.

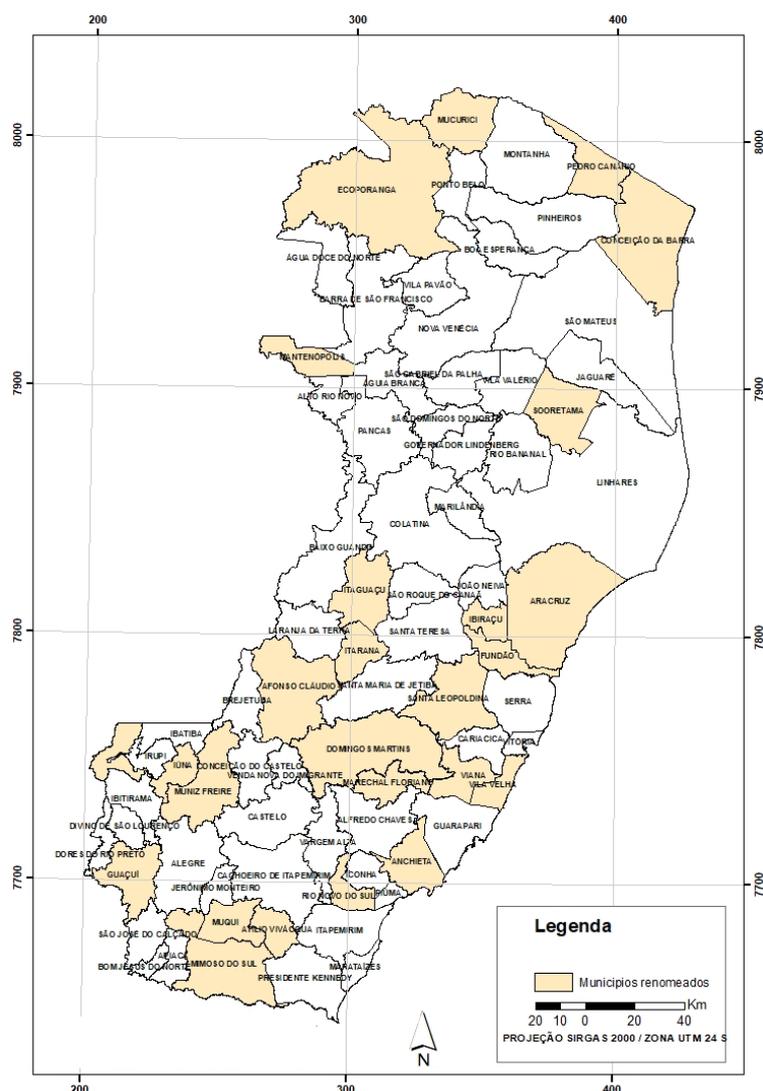


FIGURA 1

Mapa da distribuição dos casos de renomeação geográfica no Espírito Santo.

Fonte: os autores, 2020.

Da análise do mapa 1 percebe-se que a maioria dos casos de renomeação geográfica de municípios do Espírito Santo se encontra no centro-sul do estado (18 ocorrências). O Norte conta com apenas seis casos, o que equivale a 24% do total.

Há que se lembrar que esta é uma região, do ponto de vista da colonização, de ocupação mais recente do território capixaba, sendo que à exceção do litoral (com a formação dos núcleos de São Mateus e Conceição da Barra), o norte do Espírito Santo veio a ser objeto de efetiva colonização apenas após 1928, com a inauguração da primeira ponte sobre o rio Doce, em Colatina (MORAES, 1974).

Se associarmos essa distribuição que mostra menor concentração de casos de alteração toponímica no norte ao fato de que as renomeações geográficas ocorridas no estado se deram em sua grande maioria (18, ou 72%), após as emancipações dos municípios, e que no norte predominam municípios mais jovens comparativamente ao centro-sul, pelos motivos expostos no parágrafo anterior, a hipótese que se delinea é que ao serem emancipados, esses antigos distritos já eram dotados de identidade territorial que os tornou menos permeáveis a aceitação de eventuais renomeações. Posto de outra forma, tendo sido tardiamente

emancipados, comparados aos municípios do centro-sul, esses outrora distritos mantiveram suas antigas toponímias, por isso se verificam menos casos de renomeação no norte capixaba.

Ainda a propósito da situação momentânea em relação à renomeação, se antes, durante ou depois de suas respectivas emancipações, em poucos casos ocorreram antes, ainda na condição de um distrito subordinado a outro município (três) ou durante o processo de emancipação em relação a um município já constituído (quatro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Espírito Santo apresenta um amplo número de taxonomias de topônimos, chegando a um total de 18 entre as 27 possíveis para seu número relativamente baixo de municípios, 78 (apenas a frente de outros seis estados nesse quesito). Para os 25 municípios que passaram por renomeações geográficas, observavam-se oito taxonomias, que se transformaram em nove após as alterações realizadas. Essa ampla variedade de taxonomias encontradas não deveria surpreender.

O estado, cuja formação territorial é bastante complexa e teve início desde os primórdios da colonização portuguesa, a análise toponímica deixa transparecer a forte valorização dos elementos sócio-históricos-culturais, visto que o número de topônimos de natureza antropocultural é maior que os de natureza física, conforme se pode observar na tabela 1.

Entretanto, ao se analisar as renomeações geográficas feitas, a essência do artigo, nota-se que são os topônimos de natureza física que prevalecem, embora de forma discreta (52% ante 48% daqueles de natureza antropocultural), de acordo com o evidenciado no quadro 3.

Essa informação deve ser confrontada com outros dois dados que emergem desse inventário das renomeações executadas no estado. O primeiro deles é que embora haja entre as alterações toponímicas, predominância de topônimos de natureza física, ao analisarmos as taxonomias isoladamente, os antropotopônimos (natureza antropocultural) aparecem como taxonomia de maior destaque, com 32% ou quase um terço das ocorrências. Esse fato demonstra a força com que em determinada época vivida pelo estado, a toponímia esteve a serviço de valorizar personagens e seus feitos.

Segundo, inegavelmente nesse processo de criação, recriação e desaparecimento de municípios, a sobreposição de uma forma de ver e se relacionar com o espaço a partir de uma ótica colonizatória contribuiu com maior peso para que os topônimos municipais hoje encontrados no Espírito Santo sejam em sua grande maioria de língua portuguesa. A colonização lusitana entendia o processo de nomeação como forma de colonizar e descolonizar. Houve assim, um apagamento das toponímias dos povos autóctones.

Contudo, como se verifica a partir dos resultados dessa pesquisa, durante as renomeações geográficas feitas no estado houve uma tendência ao uso de topônimos tupis. Não se quer advogar como hipótese explicativa uma maior consciência ou valorização dos aspectos intrínsecos à contribuição que esses povos tiveram na formação da sociedade local e brasileira. Muito menos se acredita que tal incremento no uso de vocábulos tupis deriva do reconhecimento de uma dívida mal saldada com relação ao tratamento dado a esses povos desde o início da colonização. As razões pelas quais esses topônimos foram usados são diversas, tais como evitar homônimas, reduzir nomes, evitar interpretações embaraçantes etc. e devem ser objeto de pesquisas futuras.

Cabe ainda ressaltar que o revisionismo histórico tem atuado no sentido de lançar luzes sobre fatos e biografias de personalidades do passado. Tal processo, somado às mudanças socioculturais no seio da sociedade atual podem conduzir a cenários que favoreçam rediscussões acerca das toponímias adotadas. Se, e quando isso ocorrerá, é uma incógnita, mas num quadro de afirmação da hipótese, é importante que a pluralidade da sociedade se veja representada, bem como instrumentos decisórios democráticos e acessíveis sejam usados no processo.

O território capixaba esteve (e ainda está) em mutação. Municípios desapareceram, outros foram criados, outros tiveram seus nomes alterados. Alguns distritos estão na expectativa de uma futura emancipação. Novos estudos podem evidenciar as mutações, bem como quais forças as governam.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno*. Brasília: ANA, 2017.
- BOPDA A., (2001). *De l'usage de fonds mythiques dans les remaniements territoriaux em Afrique et au Cameroun*. Cahiers de Géographie du Québec, 45, 126, 451-478.
- BURSA, G. R. F. (1985). "Political Changes of Names of Soviet Towns". *Slavonic and East European Review*. 63 p.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística - estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007. 462 p.
- DICK, M. Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992. 258p.
- GUYOT, S.; SEETHAL, C. Identity of place, places of identities, change of place names in Post-Apartheid South Africa. *The South African Geographical Journal*, 2007, 89 (1), pp.55-63.
- HORSMAN, S. (2006). *The politics of toponyms in the Pamir mountains*. Area, 38(3), 279-291.
- IBGE. Alterações toponímicas municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/27336-alteracoes-toponimicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 01/03/2020.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 22. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MEIRING, B. (1994). *Toponymic innovation and social change*. Nomina Africana, 8(1), 6579.
- MORAES, C. *Como nasceram cidades no Espírito Santo*. Vitória, ES, 1954. 84 p
- MORAES, C. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória, ES: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974. 231 p.
- NIMETZ, M. (2020). The Macedonian "Name" Dispute: The Macedonian Question—Resolved? *Nationalities Papers*, 48(2), 205-214.
- PALERMO, F. *Riflessioni giuridiche sulla disciplina della toponomastica nella Provincia autonoma di Bolzano, in Regionale Zivilgesellschaft in Bewegung - Cittadini innanzi tutto*. Festschrift für / Scritti in onore di Hans Heiss, a cura di Hannes Obermair, Stephanie Risse e Carlo Romeo, Vienna-Bolzano, Folio Verlag, 2012, ISBN 978-3-85256-618-4, pp. 341-352.
- PORTO, J.L.R. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*. Març.-Nº 15, Vol III, 1999. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/15jadsonluisrebeloporto_osterritoriosfederaisasuaevolucao.pdf. Acesso em: 01/04/2020
- RONDÔNIA. Governo. História. 2020
- THÉRY, H.; MELLO, N. A. de. *Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território*. São Paulo: EDUSP, 2005. 309 p.
- UNITED KINGDOM. *Time line of country name changes in the past 50 years: 1969 to 2019*. MINISTRY OF DEFENCE, 2020.

NOTAS

- [3] Não devendo se esquecer as alterações no próprio nome do país, nos períodos pré e pós independência.